

(2)

ROS
nº 402 de 2019

Deus
é
fiel

Em 14 / 12 / 2019

Senado Federal

Informações do ^{Secretário Adjunto} ~~Delegado~~ ^{José Roberto Leite de Matos} (ROS)
nº 402, de 2019.

Autoria: Senadora Maria Gabrielli (PSDB/SP)
Despacho: A Comissão Diretora do Senado Federal
A/o Presidente do Senado

Presidente do Senado Davi Alcolumbre

Eu, Adriano Rodrigues de Oliveira, natural
de Votourantim/SP, brasileiro, Solteiro, Pensionista
Vitalício e Síndrome de Talidomida Espécies
56 BN:153558334RG 27454396-5, CPF 2669493
85 filho de Benedito Rodrigues de Oliveira ^{filho} e Neuzi
Benedito de Oliveira.

Endereço: Rua Alexandre Pardini nº 123

Cidade: Votourantim/SP

Bairro: Itapera Cep: 18117-590

Senhor Presidente

Venho Respeitosamente através desta carta
de ofício nos termos do art. 50 § 2º, da
Constituição Federal e do art. 216 do
Regimento Interno do Senado Federal, que
sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro
de Estado da Economia, Paulo Guedes,
Informações sobre mandado de revisão
do valor do Pensão Vitalício especial
de deficientes, com "Síndrome de Talidomida",
definido no art. 1º do Lei nº 13.638, de
22 de março de 2018.



②

Des^{er}
Fiel

que alterou a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo Valor para pensão especial devida à pessoa com a deficiência física conhecido como Síndrome de Talidomida pela Lei nº 7.070 de 20 de Dezembro de 1982, que foram reajustados pelo art. 8º do Portaria nº 9 - ME, de 15 de Janeiro de 2019.

Nestes termos, requirto-se

1º A partir de quando serão pagos os valores retroativos;

2º Como será feito o pagamento dos valores revisados retroativos.

Justificação

A Lei nº 13.638, de 22 de março de 2018, que altera a Lei nº 8.638, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo Valor para pensão especial devida à pessoa com deficiência física conhecido como Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de Dezembro de 1982, definiu em seu art. 1º, a revisão de Valores da pensão especial de deficientes físicos com "Síndrome de Talidomida" desde 1º de Janeiro de 2016, "mediante a multiplicação do número total de pontos indicados indicadores de maturação e do grau de dependência

Doutor
Fiel

③

resultante da deformidade física, constante do processo de concessão, pelo valor de R\$ 1.000,00". A norma entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano.

Vale lembrar que a Talidomida, ou Amida mi-nifálica do Ácido Glutâmico, é um medicamento que foi desenvolvido como sedativo no Alema, em 1954, comercializado desde 1957, e responsável pela Toronalia, um a Síndrome caracterizado pelo encurtamento dos membros junto ao tronco do feto; pois, quando administrado durante a gestação pode provocar graves deficiências na coluna vertebral, auditivas, visuais e, em casos mais raras, deformidades no tubo digestivo e problemas cardíacos.

Sabemos que a Portaria nº 9 - MG foi editada e trata do reajuste dos benefícios pagos pelo INSS, constando no art. 8º, os valores referentes a pensão especial das vítimas do "Síndrome da Talidomida". Segundo este: o valor a ser multiplicado pelo número total de pontos indicadores do natezo do grau de dependência resultat do deformidade Física, para fins de definição do rendimento mensal inicial: e de:

- 1: R\$ 1.000,00 entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016
- 2: R\$ 1.065,80, entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017
- 3: R\$ 1.087,86, entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.
- 4: R\$ 1.125,17 a partir de 1º de janeiro de 2019

Por isso, é importante que tenhamos em ment que são menos de um milhão de pessoas com esse síndrome atendidas pela pensão especial



Des.
e
F. e. i.

e que fazem jus aos valores retroativos que são garantidos em lei.

Autore Senador Mano. Gabelli (PROB-X)

O Congresso muito nos ajuda na conquistado lei 13638/18, mas que o Executivo ainda não a cumpriu na íntegra, assim sendo, que ele faça uma minoração do requerimento do Sen. Mano Gabelli, para que tenhamos no prazo de 30 dias um o respo.

Desde já Agradeço Vossa Excelência Presidente do Senado Dari Alcolumbre

Pleiteamos um direito conquistado minimamente compatível as necessidades do litígio da Dra. Tatianeide, que 18 anos de defasagem.

Vim encareceramente suplicar o cumprimento da parte restante do lei 13.638, de 22/03/2018 de Tatianeide, nosso pedido para isto lei já é de 8 anos junto ao Executivo, logo isto a agora novamente na Presidência.

End entendemos a burocracia, mas a lei tem 1 ano de promulgação e todos os trâmites legais já foi cumpridos sob supracitados.

Esperamos o Esclarecimento do Requerente (RQs) no 402, de 14 de Maio de 2019.

Votante, 01 de Julho de 2019

Palavra de Vitória Deus é fiel.
 Davi derrotou o gigante golias
 Palavra de Meditação

Samuel cap 1. Versículo 45 ao 50

45 Davi, porém disse ao Filisteu: Vou
 vir contra mim com espada, com lança
 e com dardos, mas eu vou contra você
 em nome do Senhor dos Exércitos,
 Deus dos Exércitos de Israel, a quem
 desafiei, 46 Hoje mesmo o Senhor
 o entregará nas minhas mãos, eu o
 matarei e cortarei a sua cabeça.

Hoje mesmo darei os esclavos do Exér-
 cito filisteu aos pés do céu e aos anjos
 das nuvens, e todo o tempo saberei que há
 Deus em Israel. 47 Todos que estão aqui
 saberão que não é por espada ou por lança
 que o Senhor concedeu vitória: pois a batalha
 é do Senhor, e ele entregará todos vós em
 nossas mãos."

48. Quando o filisteu começou vir na direção
 de Davi, este correu para o virado da batalha
 para enfrentá-lo. 49. Girando uma pedra de
 seu alforge, arremessou-a com a atiradeira
 e atingiu o filisteu na testa, de tal modo
 que ele ficou encravado, e ele caiu, dando costas
 ao rosto no chão. 50 Assim Davi venceu o
 filisteu com uma atiradeira e uma pedra
 sem espada na mão. derribou o filisteu
 e o matou.



plano de meta
 1450050
 para dentro o 8º grau 50's

Do / Pres de ante do Senado. Doni Alcolumbre.

Senado Federal - Anexo 1 - 17º Parâmetros.

Pres dos Jus Poderes, S/nº

Cep: 70165-900 - Brasília/DF

Porta de quando são pegos os dados retroativos de
 3638/118
 no reatamento o pagamento dos dados visto retroativos.
 documentos do requerimento (RQS) nº 402 de 140



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

MEMO/CONLEG-GB/SF Nº 78/2019

Brasília, 18 de julho de 2019.

De: DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR
Consultor-Geral Legislativo
Para: PAULO AUGUSTO DE ARAÚJO BOUDENS
Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal

Assunto: Encaminha a Nota Informativa nº 3.824, de 2019

Senhor Chefe de Gabinete da Presidência,

Em atenção ao documento 00100.096431/2019-53, que solicita a elaboração de nota informativa sobre carta do Sr. Adriano Rodrigues de Oliveira, requerendo da Comissão Diretora do Senado Federal providências a respeito do Requerimento (RQS) nº 402, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, encaminho, para instrução da matéria, a Nota Informativa nº 3.824, de 2019, elaborada pelo Consultor Legislativo Alexandre Sidnei Guimarães.

Atenciosamente,

DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR
Consultor-Geral Legislativo
(Documento assinado eletronicamente)





SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

NOTA INFORMATIVA Nº 3.824, DE 2019

Referente à STC nº 2019-09308, pela qual a Presidência do Senado Federal solicita nota informativa sobre carta do Sr. Adriano Rodrigues de Oliveira, requerendo da Comissão Diretora do Senado Federal providências a respeito do Requerimento (RQS) nº 402, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli.

O Sr. Adriano Rodrigues de Oliveira, por carta datada de 1º de julho de 2019, solicita providências da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR), com relação ao Requerimento (RQS) nº 402, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que visa a obter do Ministro de Estado da Economia informações *sobre o mandado de revisão do valor da pensão especial de deficientes, com “Síndrome da Talidomida”, definido no art. 1º da Lei nº 13.638, de 22 de março de 2018, que altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor para a pensão especial devida à pessoa com deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que foram reajustados pelo art. 8º da Portaria nº 9 - ME, de 15 de janeiro de 2019.*

O RQS nº 402, de 2019, foi lido em Plenário em 15 de maio deste ano, e, na mesma data, encaminhado para exame da CDIR.

A Talidomida, ou Amida Nftálica do Ácido Glutâmico, é um medicamento que desenvolvido como sedativo na Alemanha, em 1954. Comercializada desde 1957, é responsável pela Focomelia, também conhecida por “Síndrome da Talidomida”, deficiência física caracterizada pelo encurtamento dos membros junto ao tronco do feto, quando administrada durante a gestação.

Houve a revisão dos valores das pensões dos deficientes físicos pela Lei nº 13.638, de 22 de março de 2018, que *altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor para a pensão especial devida à pessoa com a deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982*. Conforme seu art. 1º, a revisão de valores da pensão especial de deficientes físicos, com "Síndrome da Talidomida", desde 1º de janeiro de 2016,"mediante a multiplicação do número total de pontos indicadores da natureza e do grau de dependência resultante da deformidade física, constante do processo de concessão, pelo valor de R\$ 1.000,00". A norma produziu efeitos em 1º de janeiro deste ano.

Com a Portaria nº 9 – ME, de 15 de janeiro de 2019, que *dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS*, tratou da matéria.

Em seu art. 1º, III, define o reajuste das pensões especiais pagas às vítimas da síndrome da talidomida (como outros benefícios pagos pelo INSS) em 3,43%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Pelo art. 8º, apresenta os valores desde 2016 a ser multiplicado pelo número total de pontos indicadores da natureza do grau de dependência

resultante da deformidade física, para fins de definição da renda mensal inicial da pensão especial devida às vítimas da síndrome da talidomida, observada a Lei nº 13.638, de 22 de março de 2018.

O RQS supra solicita duas informações do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes:

1. A partir de quando serão pagos os valores retroativos; e
2. Como será feito o pagamento dos valores revistos retroativos.

Conforme dita o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

Pelo Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 215, I, *a*, esses requerimentos são submetidos à decisão da Mesa do Senado Federal.

Lembramos que o art. 216 do RISF e o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, regulamentam a tramitação dos requerimentos de informações nesta Casa.

Concluimos que o atendimento do pedido do cidadão ocorrerá tão logo seja aprovado parecer ao RQS nº 402, de 2019, pois este será encaminhado ao Ministro de Estado da Economia, que tem prazo de 30 dias para resposta, *importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas*, conforme o dispositivo constitucional suprarreferido.

Sendo o que tínhamos a expor, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Consultoria Legislativa, 16 de julho de 2019.

Alexandre Guimarães
Consultor Legislativo



